



Câmara de

FOZ

Informativo da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

Vereadores discutem acessos à BR 277 com o DER



7

Câmara na vanguarda: desde 2015 a presença doula em partos é permitida por lei em Foz

2

Legislativo amplia debate sobre segurança alimentar e Agricultura Familiar

5

Audiência reforça o fortalecimento da rede de proteção no combate à violência contra a mulher em Foz

6

Câmara na vanguarda: desde 2015 a presença doula em partos é permitida por lei em Foz



Foto: Freepik

Neste ano de 2022 foi aprovado pelo Senado um projeto que regulamenta a profissão de doula. Na Assembleia Legislativa do Paraná também houve avanço no mesmo sentido. Foz do Iguaçu saiu na frente. Desde 2015, a Lei Municipal 4.331 obriga

estabelecimentos hospitalares da rede pública ou privada do Município, a permitir a presença da Doula durante todo o período de trabalho de pré-parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitada pela parturiente.

“Importante ressaltar que a doula não é uma parteira, não é uma enfermeira obstetra e nem médico obstetra. A gente tem algumas coisas que podemos fazer, mas os procedimentos técnicos são feitos pelos profissionais técnicos. Nós, doulas, trabalhamos com a parte de alívio da dor e suporte físico e emocional para a gestante”, afirmou a doula, Natália Trevisan. Além disso, as doulas precisam de certificação e curso específico.

É importante destacar também que a presença das Doulas não se confunde com a presença do acompanhante. A Legislação de Foz foi uma conquista e avanço no sentido de garantir um parto humanizado, com mínimo de intervenções possíveis. “Estamos caminhando para um futuro um pouco melhor com relação à humanização do parto”, destacou a doula, Natália Trevisan.

Refis de 2022 é aprovado na Câmara Municipal

A economia local demonstra sinais de retomada, após os efeitos da pandemia. No entanto, muitas famílias ainda se recuperam da crise causada pelo coronavírus. Pensando nisso, a Câmara Municipal aprovou o Programa de Recuperação Fiscal (Refis) 2022.

A proposta, encaminhada pelo Município, atende a uma proposição apoiada por todos vereadores. A indicação, ainda em março, foi atendida.

O Refis permite que as pessoas possam regularizar seus débitos e tributos município vencidos até 31 de dezembro de 2021. O projeto prevê que pessoas físicas e jurídicas que aderirem ao Refis devem ter desconto de juros de mora e multa de mora, da seguinte maneira: para pagamento à vista: 100% até 31 de julho de 2022.

Já para pagamento parcelado: até 3 parcelas, formalizadas até 31 de maio de 2022, desconto de 100% e até 2 parcelas formalizadas até 30 de junho de 2022, desconto de 100%. Importa ressaltar que, de acordo com o projeto, o programa de

incentivo fiscal para pagamento da dívida ativa municipal, não alcança débitos relativos ao ITBI, nem honorários advocatícios.

O Refis oportunizará o pagamento com os descontos aos contribuintes que tenham parcelamento das dívidas em andamento, bem como incluirá os créditos tributários relativos ao ISSQN, transferidas ao município através de convênio com a Procuradoria da Fazenda Nacional, para a concessão da redução tão somente das multas de dívida ativa e multas de mora para pagamento nos mesmos percentuais e datas previstas para os demais tributos.



Foto: Freepik

Guarda Municipal recebe moção de aplauso em reconhecimento aos 28 anos de trabalho



A Câmara entregou uma moção de aplauso em reconhecimento a todo trabalho prestado pela Guarda Municipal. Alguns integrantes da corporação marcaram presença no plenário para prestigiar a homenagem, assim como outras autoridades da segurança da cidade.

Durante a honraria também foi exibido um vídeo do prefeito Chico Brasileiro (PSD) (PSD), em que afirmou: “Quero em nome da prefeitura parabenizar todos os homens e mulheres que fazem parte dessa instituição”.

Também foi exibido um vídeo com depoimento de vários integrantes da Guarda, que destacaram o trabalho ao longo dos 28 anos; a presença e atuação das mulheres na corporação.

A moção contou com a presença do secretário municipal de segurança pública, Tenente-coronel Jahnke e o Diretor da Guarda, Marcelo Yarid; Iraci Pereira, Coordenadora da Patrulha Maria da Penha, que receberam uma placa de homenagem.

Marcelo Yarid agradeceu em nome da Guarda: “O maior desafio que tínhamos era passar credibilidade às pessoas. No início, cuidávamos somente de próprios públicos, mas depois

passamos a ter outras atribuições. Fico eternamente grato em estar diretor da Guarda. Contem sempre conosco e viva a Guarda Municipal de Foz”.

O secretário de segurança pública, Tenente-coronel Jahnke, também fez uso da palavra: “vamos fazer o nosso melhor e o melhor possível, porque quem ganhará é a comunidade iguaçuense, os turistas, todos nós. Porque vocês tirando essa farda voltam a ser cidadãos. Enalteço a Guarda pelos seus 28 anos, vida longa e viva a GM!”.

Plano Municipal de Mata Atlântica

Foz do Iguaçu já conta com uma política pública de proteção e preservação ambiental, o Plano Municipal de Mata Atlântica (PMMA), construído ao longo de 05 anos, em parceria com coletivos ambientais e universidades. O PMMA foi instituído pelo Decreto

Municipal 28.348/2020.

Dentre as principais estratégias do plano, o monitoramento e fiscalização, assim como da participação da comunidade na vigilância à manutenção de áreas verdes.

Câmara questiona desmatamento em área vizinha ao Bosque dos Macacos e cobra inventário de árvores do local



O desmatamento em área vizinha ao Bosque dos Macacos, no Jardim Ipê, na região da Vila A, chamou a atenção da Câmara Municipal. Com base em denúncias feitas por moradores, além do noticiário local, os vereadores cobraram informações sobre a licença

concedida aos proprietários, inventário de árvores, tombamento da área e o remanejamento de animais.

A situação, que foi alertada, por moradores do entorno ao Bosque dos Macacos, motivou também outras cobranças por parte dos parlamentares.

Licença

A indignação da população fez com que os fatos chegassem à imprensa, sendo um dos principais questionamentos a respeito de quem havia dado a autorização para o desmatamento no local.

Uma notícia veiculada pela Rádio Cultura, no último dia 05 de maio, afirmou que o Instituto Água e Terra (IAT) aplicou duas multas ao proprietário do terreno anexo ao Bosque dos Macacos, por invadir parte da área de preservação e outro espaço pertencente ao município. Segundo a reportagem, as multas foram por corte de árvore além do autorizado e não atendimento a condicionantes estabelecidas na licença. Ainda de acordo com a matéria, a obra foi embargada, a autorização suspensa e a madeira apreendida.

Projeto que pretende ampliar defesa das vítimas de assédio e violência é aprovado

Com o objetivo de ampliar a defesa das vítimas de assédio, abuso e violências dentro dos estabelecimentos, a Câmara de Foz aprovou mais um projeto de lei sobre o assunto.

O projeto em tese altera a Lei nº 2.897/2004, que versa sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos afixarem o número telefônico da Delegacia Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares, da Delegacia da Mulher, do disque denúncia.

O texto determina que os estabelecimentos devem afixar cartaz com os seguintes dizeres: “Exploração sexual de crianças e adolescentes é crime” e incluir no informativo o número telefônico dos órgãos citados acima e demais que possam contribuir e orientar para que vítimas denunciem a violência sofrida.

A matéria foi aprovada e foi encaminhada para sanção do Prefeito Chico Brasileiro.



Projeto Anjos da Madrugada recebe declaração de utilidade pública da Câmara

A Câmara Municipal aprovou o projeto de lei 57/2022, que declara de Utilidade Pública a “Associação dos Amigos do Johnson Anjos da Madrugada”. Diversos integrantes do projeto marcaram presença no plenário para acompanhar a votação. A atividade dos voluntários consiste na entrega de refeições nutritivas, saudáveis, na região do Portal da Foz.



Foto: Facebook oficial Anjos da Madrugada

Legislativo amplia debate sobre segurança alimentar e Agricultura Familiar



A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu realizou uma audiência pública, no dia 13 de maio, com intuito de debater a expansão da Agricultura Familiar e também dialogar sobre as políticas de segurança alimentar do município.

Produtores e profissionais técnicos envolvidos no trabalho da agricultura familiar na cidade falaram como expositores durante o debate. Luci Andregretti, Presidente da Cooperativa da Agricultura Familiar de Foz do Iguaçu (COAFFOZ), uma das expositoras, destacou a importância da destinação de verbas públicas que amparem o produtor rural familiar. “A agricultura familiar é uma realidade em Foz do Iguaçu e no Brasil. Mas além da produção dos alimentos temos as famílias que dependem desse trabalho. É urgente que se pense em projetos de lei que amparem os produtores de foz”.

No mesmo sentido, Edimar Silveira, engenheiro agrônomo, complementou o debate sobre recursos para a área, ressaltando a importância da inclusão da pasta da agricultura na lei diretrizes orçamentaria (LOA): “Uma das coisas que precisamos levar em

consideração é importância do orçamento, a gente entende que precisamos programar isso para o ano que vem, mas também precisamos estar inseridos nessa programação. Além disso é necessário se pensar em um lugar de comercialização dos nossos produtos”. O Secretário Municipal de Desenvolvimento Comercial, Industrial e Agropecuário, Vilmar Andreola, destacou as ações que estão já sendo executadas pela Prefeitura e encerrou sua fala se comprometendo com os produtores: “Quero dizer aos agricultores que a nossa secretaria e toda a nossa diretoria está à disposição iremos fazer o atendimento da pasta da agricultura todas as quartas feiras, durante o dia todo”, pontuou. Os parlamentares comentaram até mesmo a criação de uma comissão especial para tratar da insegurança alimentar no município.

Participações

O debate ainda contou com a presença do Deputado Estadual Vermelho, a Secretária Municipal de Direitos Humanos Kelyn Trento, Jan Albert Diretor de Licenciamento e Controle Ambiental e o Presidente da APROFFOZ Carlos Polla Conte.

Audiência reforça o fortalecimento da rede de proteção no combate à violência contra a mulher em Foz

A necessidade de desenvolver estratégias no município para romper o ciclo de violência contra as mulheres e o fortalecimento da rede de proteção foram os principais eixos de debate na audiência pública que discutiu violência contra a mulher e feminicídio na Câmara de Foz, na manhã desta quinta-feira, 19 de maio.

A coordenadora da Patrulha Maria Penha, Iraci Pereira, convidada a ser expositora na audiência, alertou que o feminicídio tem algumas características recorrentes: “A proximidade com a vítima, incidência de locais (hotel, motel, local de trabalho, carro em via pública, casa). É necessário observar a crueldade. Precisamos criar políticas públicas e fortalecer as políticas já existentes de combate à violência contra a mulher”.



Cortes de recursos federais para combate à violência contra a mulher

Dayse Bortoli, representando a secretaria de assistência social, pontuou “até 2016 tivemos um avanço na política pública e depois foi se desconstruindo esses avanços. Hoje o que temos em Foz de políticas nesse sentido está referenciado na assistência social. Não temos o fundo nacional e nem estadual para a mulher. Então fazer política pública que dê conta de toda complexidade que é, precisa de recurso financeiro e nós não temos. Desde 2017 conseguimos aumentar os recursos municipais. Mas tivemos corte de mais de 64% de corte nos recursos federais”.

Também participaram do debate Luciana Rodrigues; Rafaela de Mello – psicóloga do CRAM - centro de referência de atendimento à mulher vítima de violência Rejane Marisa Dal Bó; Kiara Heck – coordenadora do CRAM Centro de Referência de Atendimento à mulher

vítima de violência; Amar Alrai – presidente da comissão da mulher advogada da OAB /subseção de foz do Iguaçu, Alsileide Dantas, Coordenadora da Casa Abrigo, Mãe Edna de Barú, presidente do Conselho Municipal da Igualdade Racial e Valdilena Ramme, representante das promotoras legais populares da fronteira.

Depoimentos

Maria José El Saad destacou “quando uma mulher morre de feminicídio, todas nós morremos um pouco com ela. Em 2020, 1.360 feminicídios foram registrados, 62% de mulheres negras. Não existe como discutir o feminicídio sem falar da questão social. A cor desse crime no Brasil é negra e para isso precisa de políticas públicas”.

Vereadores discutem acessos à BR 277 com o DER



Foto: AMN

Vereadores se reuniram com o Superintendente do DER (Região Oeste), engenheiro Charlles Hostins Júnior. Na visita a Cascavel foram debatidos assuntos relacionados aos acessos da BR 277, no perímetro urbano de Foz do Iguaçu.

O primeiro tratado foi o acesso (agulha) para o Parque Presidente II, no viaduto da Costa e Silva, uma antiga reivindicação dos moradores do bairro. “Esse projeto, da forma que foi construído (Viaduto Costa e Silva), foi doado ao DER pelo Fundo Iguaçu, debatido e acompanhado pelo Observatório Social”, disse Hostins.

Ainda na conversa, o superintendente informou aos vereadores que a obra está prevista no acordo de leniência com a empresa EcoCataratas, antiga responsável na concessão dos pedágios. O tema está sendo acompanhado pelo Ministério Público.

Outro assunto pautado no encontro foi o novo acesso na Avenida Olímpio Rafain, marginal da BR 277, em Três Lagoas. De acordo com Hostins, a obra deverá ser executada metros à frente, nas proximidades da Rua Perpétuo Garcia.

Avenida Mário Filho

Os vereadores solicitaram um novo acesso direto da Avenida Mario Filho para a BR277, o que traria mobilidade e desenvolvimento ao bairro Morumbi (região leste). Nesse quesito, Charles Hostins disse que não haveria empecilho e que a sugestão é bem-vinda.

“Esses acessos municipais sem interferência na rodovia diretamente são bem-vindos e não há nenhuma objeção”, afirmou. Nos próximos dias, os vereadores deverão realizar um estudo de habilidade junto ao Governo do Estado.

CTG Charrua

Sobre a reabertura da rotatória do CRG Charrua, tema que foi exaustivamente cobrado pelos vereadores, o superintendente do DER disse que o órgão é contra a instalação de semáforos e que ainda não existe um projeto para a construção de uma passagem urbana (trincheira) para resolver definitivamente o problema. “Existe um estudo, mas projeto apontando uma trincheira diagonal ligando a Garibaldi (Vila A) e avenida Ranieri Mazilli (Parque Presidente) com as devidas soluções de drenagem, ainda não existe”, explicou Hostins.

Já é lei: microempresas de Foz devem ter prioridade em contratações públicas na cidade

Uma lei municipal (Lei Complementar 369/2022), originada na Câmara estabelece que microempresas e pequenos empreendedores tenham tratamento diferenciado.

O objetivo central da proposta é dar preferência, nas licitações públicas, aos pequenos empresários da cidade, movimentando a economia local, a geração de emprego e renda no município. Foi estabelecido pela lei prioridade nas contratações públicas até um limite de 10% do menor preço válido.

“Foi uma construção coletiva entre Executivo e Legislativo de muito tempo de estudo para conseguir chegar na equação de como fortalecer realmente os locais. No retorno indireto que se tem é muito mais vantajoso”, disse Raphael Pereira de Camargo, Diretor de compras e licitações da prefeitura. O projeto, que alterou a lei 229/2014, destaca que das



Foto: Christian Rizzi

316 licitações realizadas pela prefeitura no ano passado, somente 20% foram vencidas por empresas locais, com sede na cidade, firmas do Paraná venceram 60% e de outros estados do país, 20%.

Já é lei: agressores de animais deverão ressarcir administração pública de custos relativos ao tratamento do animal

A causa animal no município teve uma nova conquista. O presidente do Legislativo promulgou a lei 5.102/2022 que determina que agressores que cometerem crime de maus-tratos arquem com as despesas de tratamento do animal agredido.

A norma foi originada a partir do projeto de lei 90/2021. A proposta foi de que o agressor ficasse obrigado a ressarcir a Administração Pública de todos os custos relativos aos serviços públicos de saúde veterinária prestados para tratamento do animal.

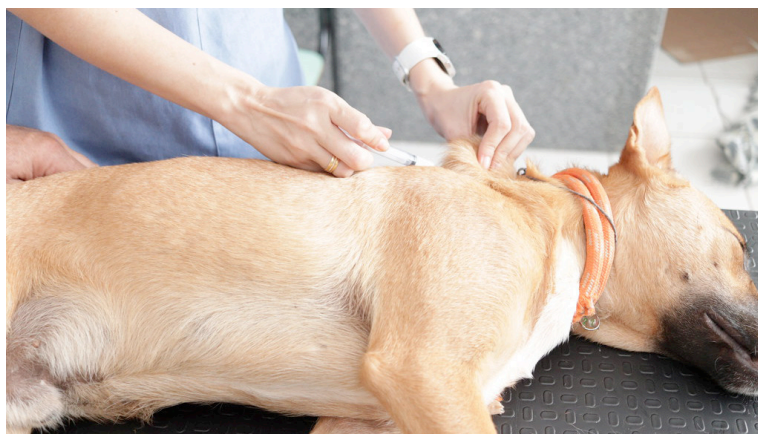


Foto: AMN